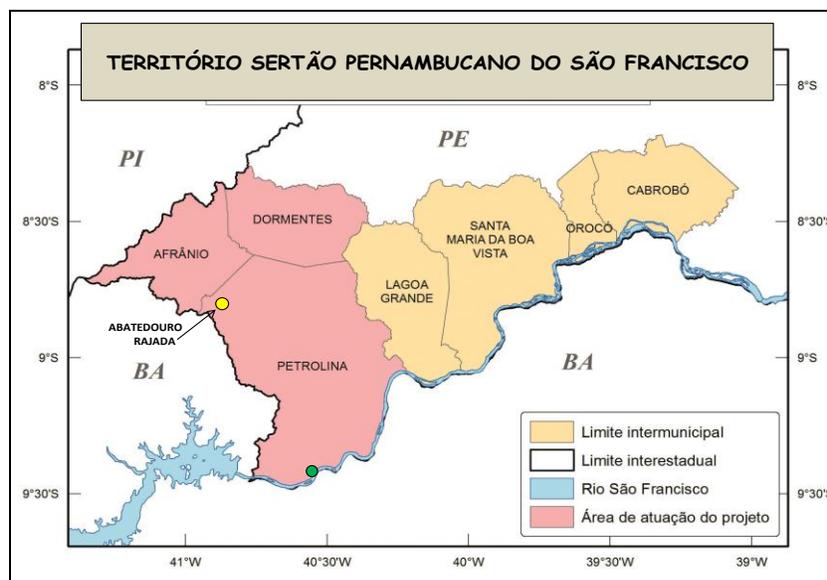


# CADEIAS PRODUTIVAS DA CAPRINO-OVINOCULTURA DE CARNE NOS SERTÕES DO SÃO FRANCISCO - LIMITANTES E ESTRATÉGIAS DE VIABILIZAÇÃO

Clovis Guimarães Filho

Os territórios de identidade Sertão do São Francisco baiano (TISSF-BA) e pernambucano (TISSF-PE) concentram os maiores efetivos de caprinos e ovinos do país. Dados definitivos do censo (IBGE, 2017) indicam um rebanho de 3.200.768 cab (52,8% caprinos e 47,2% ovinos) do lado baiano, composto por dez municípios (Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá) e 1.411.243 cab (49,0% caprinos e 51,0% ovinos) do lado pernambucano, com sete municípios (Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista). As tentativas de melhor organizar as "cadeias produtivas" vinculadas a essa caprino-ovinocultura na prática não têm apresentado resultados animadores, permanecendo as mesmas como simulacros de cadeias que em pouco ou nada têm alterado as condições de sobrevivência (não consegue nem reproduzir seus meios de produção) ou de subsistência (consegue apenas reproduzir seus meios de produção sem nenhuma acumulação) em que vive a imensa maioria desses produtores de base familiar no semiárido nordestino. Atualmente se observa um lento crescimento do produtores de subsistência evoluindo para a categoria de mercado (consegue reproduzir e acumular seus meios de produção), mas, no geral, essa categoria constitui ainda uma minoria significativa.





## Fatores favoráveis à produção de caprinos e ovinos nos dois territórios

Os fatores favoráveis para que avanços concretos possam ser alcançados são muitos. Além de a região ter uma vocação natural e histórica para a atividade caprino-ovinocultura, a conjunção de uma série de outros fatores, de diferentes ordens, favorece a expressão de um enorme potencial que efetivamente existe. Entre estes fatores destacam-se:

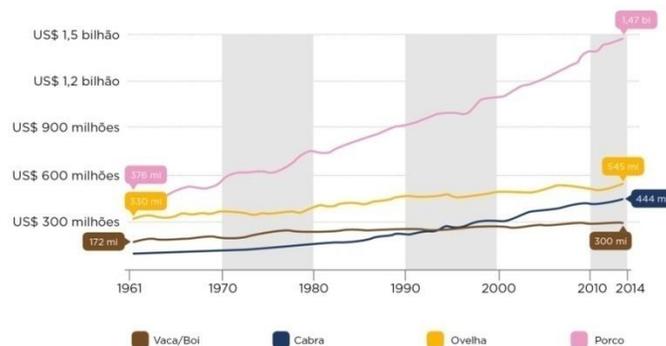
- Expressividade numérica dos rebanhos - Apesar do último período de mais de seis anos consecutivos de estiagem, os rebanhos continuaram crescendo em ambos os territórios. Segundo o IBGE (2018), em relação a 2006, o rebanho caprino nordestino teve um crescimento superior a 18% e o ovino de quase 16%. Os rebanhos de caprinos e ovinos dos dois territórios somam 4,61 milhões de cabeças (51,6% de caprinos), o correspondente a 20,9% do total nacional e a 27,6% do total do Nordeste. O consumo de carnes nos territórios corresponde à importância numérica dos rebanhos. Do lado baiano o consumo é estimado em torno dos 6,0 kg/hab/ano para caprinos e dos 4,8 kg/hab/ano para ovinos, bem superiores aos 0,49 e 0,59kg/hab/ano estimados para o estado. Do lado pernambucano o consumo é estimado para caprinos em torno dos 4,0 kg/hab/ano e para ovinos em torno dos 4,3kg/hab/ano, também bem superiores aos 0,45 e 0,36 kg/hab/ano para as duas espécies ao nível de estado. Estes cálculos estimativos de consumo são de baixa confiabilidade pois não consideram quantos dos seus animais são consumidos fora desses territórios nem quantos de fora são consumidos dentro desses territórios. Simplesmente não existe qualquer informação apesar de contarmos com as Guias de Trânsito Animal (GTAs). Em termos de Brasil o consumo não passa de 0,1-0,3kg/hab/ano para caprinos e 0,5kg/hab/ano para ovinos. Em termos mundiais, segundo a FAO (2017), os consumos

das carnes ovina e caprina ocupam os segundo e terceiro lugares, precedidos pelo da carne suína:

- Expressividade genética dos rebanhos - Embora já muito miscigenados, os rebanhos da região ainda representam um acervo genético ímpar para exploração das especificidades dos grupos raciais nativos, a exemplo do que faz a Fazenda Carnaúba (Taperoá-PB), bem como para cruzamentos com raças especializadas. A qualidade das carnes dos grupos nativos está intrinsicamente associada ao processo de seleção natural a que foram submetidos os caprinos trazidos pelos colonizadores a partir de 1535, permeado por longas caminhadas através da vegetação seca e espinhosa, ingerindo uma dieta natural extremamente diversificada (a caatinga compreende uma série de espécies vegetais com características aromáticas e condimentares capazes de dar uma especificidade à carne, a exemplo do umbu, juazeiro, umburana, faveleira, quebra-faca, malvas, alecrim, entre outras, todas componentes importantes da dieta natural desses animais) e submetido a intensa incidência solar, a altas temperaturas, a prolongados períodos de escassez de água e de alimentos. Só os mais tolerantes foram sobrevivendo e se reproduzindo. É, portanto, uma carne construída ao longo de quase 500 anos que, infelizmente, estamos jogando fora, com a pulverização fundiária e a erosão da biodiversidade.
- Mercados para ambas as carnes e subprodutos com demandas crescentes e insatisfeitas - Embora não existam estudos atualizados disponíveis que as quantifiquem. Aliás, mesmo que existissem de pouco valeriam pois teriam sido feitos em um cenário caracterizado por um abate clandestino na faixa dos 92-95% e pela ausência de qualquer informação confiável sobre abate formal, movimentação intra ou interestadual de animais e sobre consumo das carnes. Em 2009, com um consumo aparente estimado em mais de 70 mil t/ano (Sorio, et al., 2010), já importávamos 7 mil t de carne ovina, quase toda do Uruguai. Não há importação de carne caprina, embora em 2000 já se estimasse um déficit de carnes ovina e caprina para o Nordeste superior a 12 mil t (Holanda et al, 2003). A movimentação do PIB em algumas regiões reforça a afirmação de crescimento da demanda. A atividade apresenta um PIB de expressividade crescente, embora a um ritmo bastante lento. Em 2010 cinco municípios do TISSF-BA já apresentavam um PIB da atividade beirando os 230 milhões de reais (Lima Júnior, 2011), com um rebanho superior a 1,5 milhão de cabeças, 55% das quais de ovinos. Estimativas feitas em 2019 apontaram um PIB superior a 80 milhões de reais para a atividade no território TISSF-PE, considerando apenas as transações de animais vivos/abatidos, esterco e peles entre o produtor e a cadeia de intermediação. Em 2018 a atual campanha midiática "Somos Todos Agro", da Confederação Nacional da Agricultura, propalou na TV uma movimentação anual nacional de 900 milhões de reais somente pela caprinocultura, com 80% nas mãos do produtor familiar (80% dos animais, não do valor movimentado nos diversos segmentos). A campanha incluiu nesse PIB todos os produtos,

esquecendo-se, porém, do esterco. Não deixa, porém, de ser um valor de certa forma significativo se considerarmos que a caprino e a ovinocultura são ainda atividades informais, praticamente clandestinas. O crescimento da demanda é também favorecido pelo reconhecimento crescente da qualidade dos produtos, como a pouca gordura da carne do cabrito e a maciez e suculência da carne do ovino. Não devemos esquecer que estudo da FAO (McCarthy, 2019) mostrou que as carnes ovina e caprina ocupam, respectivamente, os segundo e terceiro lugares entre as carnes mais consumidas do mundo, precedidas pela carne suína.

## QUANTIDADE DE CARNE CONSUMIDA POR ANO NO MUNDO



Fonte: UN Food and Agriculture Organization

- Proximidade dos perímetros irrigados - É outro fator de alto potencial de aproveitamento para modelos de produção integrada áreas irrigadas x áreas de sequeiro, tipo "cria no sequeiro e terminação em confinamentos na área irrigada" ou, mesmo, produção de feno/silagem/fორragem verde na área irrigada para abastecer as propriedades de sequeiro ou a produção de ovinos em consorciação com pomares de manga, uva e outras fruteiras. São várias as alternativas de integração da caprino-ovinocultura com os perímetros irrigados (Guimarães Filho, 2015). Gradativamente a pecuária, de modo especial a ovina, começa a invadir e se integrar aos mais de 100 mil hectares irrigados em perímetros públicos irrigados, em empresas privadas fora dos perímetros e em pequenas áreas ao longo das margens baiana e pernambucana do Rio São Francisco;
- Acervo de tecnologias suficiente para elevar a curto e médio prazos a eficiência produtiva da atividade - Disponibilidade de apoio institucional de alto nível existente nos dois territórios. Entre outras instituições, lá se concentram o IPA (Instituto de Pesquisas Agronômicas), a Embrapa Semiárido, a UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco), o IF-Sertão, o IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), o SEBRAE, o SENAR, a CODEVASF (Companhia de

Desenvolvimento do Vale do São Francisco), a CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional-Bahia) e a UNEB (Universidade do Estado da Bahia).

### **Limitantes à produção de caprinos e ovinos**

As limitações à plena expressão do potencial dessa atividade na região, contudo, continuam as mesmas, algumas delas demandando um intensivo esforço conjunto para seu equacionamento e solução. O sistema produtivo predominante em áreas de sequeiro, além dos efeitos da relativa desfavorabilidade do ambiente natural (solos pobres, caatinga devastada e ciclos de estiagens), é fortemente afetado por diversos fatores, entre eles:

- Reduzida superfície agrícola útil (SAU) - A SAU das unidades produtivas têm uma média, para o semiárido, em torno de 33ha/propriedade e em torno de 7-8 ha por estabelecimento rural. Tamanhos distintos foram observados em estudos feitos no território baiano. Segundo o IBGE no TSSF-BA são 24.967 estabelecimentos que criam caprinos e 21.265 que criam ovinos, não informando, porém, o número de estabelecimentos que criam as duas espécies, as quais devem estar na faixa de 80 a 90%. Cerca de 55% delas têm área inferior a 50 ha e 25% têm área inferior a 20 ha. Do lado pernambucano são 8.869 estabelecimentos que criam caprinos e 10.674 que criam ovinos. Mais de 40% deles têm área inferior a 50 ha e pouco mais de 20% têm área inferior a 20 ha. Na amostragem realizada no estudo de 5 municípios baianos localizados no entorno da barragem de Sobradinho foi identificado um tamanho médio de 76,8 ha (Guimarães Filho et al. 2011), com 63% deles com área inferior a 50 ha. Dados mais antigos do IBGE (1995/1996) mostravam que 95% das propriedades tinham menos de 100 ha e 61% delas apresentavam área inferior a 10 ha. Não estão incluídas as terras de caatinga chamadas de "fundo-de-pasto", de uso coletivo, utilizadas pela grande maioria dos produtores do TISSF-BA para assegurar a alimentação dos animais nos períodos mais secos do ano. Do lado pernambucano mais de 70% das propriedades apresentam áreas inferiores a 50 ha. O produtor, desorganizado profissionalmente, se torna inviável principalmente pela falta de escala de produção. O reduzido tamanho dos rebanhos (forçado também por essa estrutura fundiária excludente) é predominante, com cerca de 70% das propriedades criando rebanhos na faixa de 20 a 50 matrizes. É a chamada "caprino-ovinocultura de subsistência". Nessa condição, para viabilizar operacionalmente um abatedouro-frigorífico "sifado" para 100 abates/dia, seria necessário que o abatedouro mobilizasse entre 1.000 e 3.800 produtores para fornecer-lhe mensalmente um mínimo de 2.500 animais para abate. Medeiros et al. (2009) informava que a partir de 90 matrizes a atividade já começa a remunerar o ovinocultor. Para a Lanila, empresa que atuou na produção e abate de ovinos no Rio Grande do Norte, a viabilização aconteceria apenas a partir de um patamar de 4.500 matrizes ovinas. Pesquisadores

da Embrapa Semiárido, no final da década de 90, estimavam um mínimo de 250 a 300 matrizes para o produtor familiar do semiárido prover um padrão de vida condigno para sua família. O problema do tamanho da propriedade seria facilmente resolvido com o cultivo da palma irrigado complementarmente por gotejo (baixo consumo de água e alta produtividade de forragem) mas a baixa vazão dos poços, a salinidade das águas e os solos rasos e de baixa drenabilidade, predominantes, limitam muito essa alternativa. Outra alternativa seria o uso de estratégias coletivas, tema que vai ser abordado mais adiante;

- Baixos níveis tecnológico e gerencial do produtor - O produtor do semiárido não consegue que suas matrizes produzam pelo menos 1/3 de seus pesos vivos em kg de crias/ano. Altas taxas de mortalidade de crias são quase uma constante nos sistemas produtivos utilizados. Ao contrário da cadeia de suínos em que o número de unidades de ciclo completo (CC=cria, recria e terminação) está em queda livre, substituídas por unidades especializadas de produção de leitões (UPL) e de terminação (UT), os sistemas utilizados pela caprino-ovinocultura do semiárido continuam com a configuração de CC, muitos deles poderíamos até chamar de "super CC", já que além da cria-recria-terminação operam ainda o abate e o consumo. É como se fosse uma cadeia produtiva individual de governança hierárquica. Não podemos esperar mais 20 ou 30 anos para que a atividade inicie o seu processo de especialização implementando UPCCs (unidades de produção de cabritos e cordeiros) e UTCCs (unidades de terminação de cabritos e cordeiros).

Do ponto de vista gerencial o produtor não pratica, nem de forma rudimentar, o monitoramento de sua atividade via registros zootécnicos e contábeis. Muitos não sabem nem quantas cabeças possuem. Sobre custos efetivos de produção na atividade praticamente nem se fala. Os programas públicos capacitavam o produtor em tudo menos em gestão da unidade produtiva. Agora é que começam a atuar nessa área, especialmente o SENAR. Tudo isto acarreta ao produtor um elevado nível de perdas reais e potenciais, não considerando a parcela destinada ao autoconsumo da família, causando-lhe uma oferta muito limitada e irregular de produtos de baixa qualidade. Os baixos valores de vendas são o resultado esperado para o produtor, sem qualquer poder de barganha no mercado, condição agravada pela comercialização atomizada e pela forte intermediação dominante, frutos de sua debilidade organizativa.

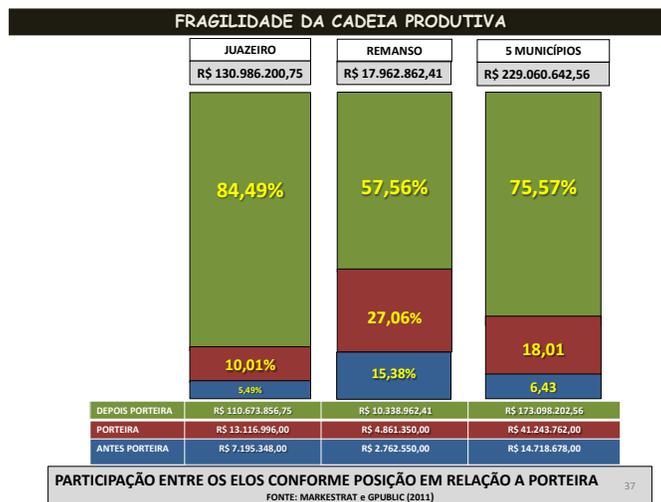
- Crédito pouco adequado às circunstâncias sob as quais operam os produtores - A conquista da meta de escala de viabilização se torna ainda mais difícil pelas dificuldades que o produtor enfrenta para conseguir um crédito mais adequado às suas condições. Produtores reclamam de um crédito excessivamente burocratizado e exigente em garantias. Os bancos não aceitam garantias evolutivas e exigem recursos próprios para investimentos, além da cobrança de taxas diversas. Programas mais agressivos e mais efetivos, já priorizando visões de cadeia produtiva e de território, começam a ser lançados, É o caso do recém-lançado Prodeter (BNB), com regras que

buscam facilitar significativamente o crédito para os caprino-ovinocultores. É uma esperança.

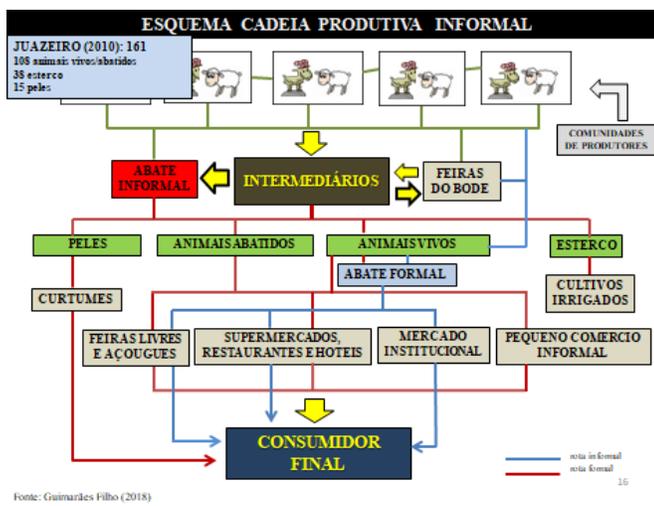
- Assistência Técnica e Extensão Rural a peça chave que falta - Empresas estaduais ou privadas de ATER bem como agencias estaduais de inspeção sanitária devidamente qualificadas são peças estratégicas fundamentais para ajudar na organização e consolidação das cadeias produtivas da caprino-ovinocultura. A maioria das empresas de ATER, contudo, peca pela falta de uma visão sistêmica da cadeia produtiva o que as faz, com número insuficiente de técnicos, concentrarem suas ações sobre um único segmento da cadeia. Não consideram a diversidade dos sistemas de produção dentro da propriedade com as interações entre seus subsistemas. Uma ou outra entidade pratica monitoramento zootécnico e econômico dos produtores trabalhados. Não sabem, portanto, se o trabalho que fazem está surtindo algum efeito. Os relatórios apresentados, em sua maioria se referem mais a atividades desenvolvidas (número de visitas às propriedades, número de produtores capacitados, número de animais vermifugados, etc.) do que a resultados (evolução da renda média mensal com a atividade, evolução da participação percentual da caprino-ovinocultura na renda total da propriedade, elevação da quantidade total de quilogramas de crias desmamadas/matriz exposta/ano, etc.). Não há um programa público estadual em larga escala, com apoio técnico e creditício, de formação de reservas estratégicas de forragens para os períodos de escassez. O IPA, considerado um dos melhores serviços de ATER do Nordeste, possui apenas 04 técnicos atendendo à caprino-ovinocultura na região de Petrolina-Dormentes-Afrânio (993 mil cab de caprinos+ovinos, correspondente a 4,5% do rebanho nacional e à 39% do rebanho estadual). Isto significa 01 técnico para cada 248 mil cabeças ou 01 técnico para cada 2.480 produtores. Mesmo se conseguisse visitar 04 produtores por dia cada técnico só poderia atender um máximo de 1.040 produtores por ano, cada um deles sendo visitado apenas uma vez por ano. O intervalo entre visitas a um mesmo produtor se estenderia a mais de 2 anos. As agencias de inspeção sanitária precisam enfatizar uma ação mais de orientação à formalização do que de fiscalização e penalização de unidades produtivas e processadoras. Agravadas pela carência permanente de pessoal técnico, não divulgam periodicamente números de abate nem de movimentação de animais (GTAs), dados fundamentais para qualquer análise mais séria voltada para o planejamento de ajustes e correções necessários ao desenvolvimento da atividade. Como desenvolver a atividade sem se conhecer o número correto de animais abatidos em cada região, de onde vieram, para onde foram? O mesmo com relação aos animais vivos "exportados" e "importados" em cada região. Obrigar empresas estaduais de inspeção sanitária a divulgar periodicamente os dados de abate e de movimentação de animais e obrigar os segmentos da cadeia a utilizar o Sistema Nacional de Tipificação de Carcaças Ovinas (portaria nº307/1990 do MAPA), que norteia a comercialização dos ovinos para abate em todo o território nacional classificando-os pela idade,

conformação da carcaça e acabamento de gordura, é medida que poderia ser ressuscitada. Esta portaria é sistematicamente desobedecida há 30 anos pelos agentes da cadeia produtiva (Sorio, 2010). O pagamento diferenciado é um recurso eficiente para reduzir conflitos nas transações produtor-frigorífico;

- Baixo nível de organização do produtor - Facilmente reconhecível, pode ser considerado o problema número 01 da atividade em todo o semiárido. Praticamente não existem organizações profissionais onde sejam discutidas a compra, produção, beneficiamento e comercialização conjunta dos produtos. Cooperativas de caprino-ovinocultores são ainda muito poucas. As associações que existem, em sua maioria buscam apenas reivindicar favores governamentais de caráter político. No final o óbvio: a reprodução e a acumulação dos meios de produção inviabilizadas e os mercados insatisfeitos. No que tange à comercialização o objetivo deve ser aumentar o poder de barganha do produtor. O importante é evitar que o produtor na hora de vender seu produto o venda: (1) Como produto primário (sem valor agregado); (2) No atacado; (3) De forma individual; (4) Toda a produção de uma só vez; (5) Na pior época do ano (época que todo mundo está vendendo) e (6) Para o primeiro elo de uma longa cadeia de intermediários. Dentro de todo esse contexto não era mesmo de se esperar uma distribuição equitativa dos bônus gerados por toda a cadeia entre seus principais atores. Sobra então para o produtor. Na média dos cinco municípios levantados no estudo da Markestrat-GPublic (Lima Júnior, 2011) em Juazeiro, Casa Nova, Remanso, Curaçá e Uauá, com seus 26.696 produtores, coube a cada um apenas 18,01% do PIB gerado pela atividade em 2010, ou seja, ficou "dentro da porteira" apenas 1,8 real de cada 10 reais gerados pela atividade em seu todo o seu ciclo. Os segmentos "antes-da-porteira", com 6,43%, e o "fora-da-porteira", com 75,57%, amealharam os 8,2 reais restantes (82% do PIB). O atravessador foi aquinhado com 32,59% do valor movimentado, ou seja quase o dobro do que coube ao produtor. Considerado no prisma individual, o produtor do município de Juazeiro recebeu apenas 10% do total gerado pela atividade. Constatações similares feitas em outros municípios deixam transparecer que esta situação deva prevalecer também nas regiões capriovinícolas dos demais estados do Nordeste. Esse desequilíbrio na distribuição dos benefícios da cadeia é que precisa ser imediatamente corrigido já que é injusto com o principal ator da cadeia e constitui uma das principais causas que impedem a plena expressão do imenso potencial da atividade.



- Informalidade nas ações e nas transações entre elos da cadeia - A informalidade domina o panorama da atividade caprino-ovinocultura em quase todo o semiárido, apesar do surgimento das agências estaduais de inspeção sanitária. Somente no município de Juazeiro-BA, em 2010, foram identificados 161 atravessadores, dos quais 108 de animais vivos/carne, 38 de esterco e 15 de peles. Nesta "cadeia produtiva da informalidade" muitos atravessadores residem nas comunidades, nelas detendo uma forte influência sobre os produtores e suas associações, inclusive por razões de laços familiares ou de compadrio. Por pagar à vista pelo seu produto e sem muitas exigências quanto à qualidade (boa parte da "pesagem" sem balança), ele leva vantagem sobre os abatedouros formais. Atravessadores de esterco e de peles completam o esquema que asfixia a produção caprina e ovina e condena o produtor a um eterno modelo de subsistência, quando não, de sobrevivência.



Em suma, a visão predominante das nossas cadeias produtivas mostra uma condição de desorganização, com transações informais e conflituosas entre seus principais

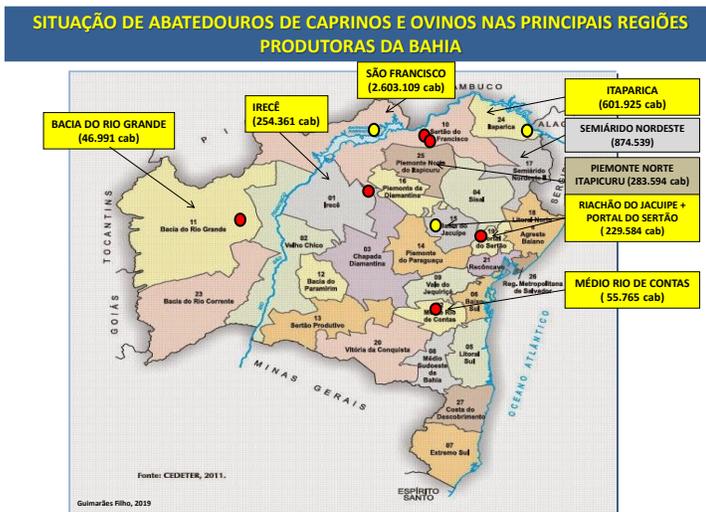
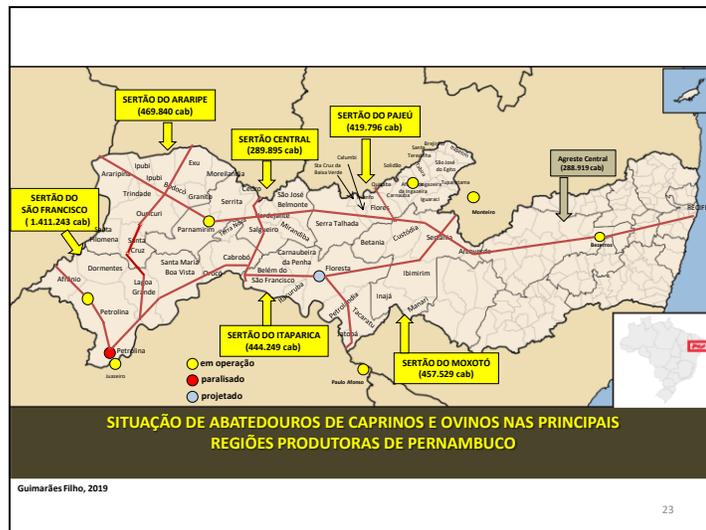
segmentos, com forte carência de informações básicas sobre seu funcionamento e protagonismo quase total do intermediário e do abate clandestino. Sem contratos formais de fornecimento ou de parceria entre os segmentos da cadeia prevalece a governança do tipo "mercado spot", em detrimento dos tipos hierárquico e contratual. O baixo consumo das carnes e as poucas restrições do consumidor com relação à carne clandestina complementam o quadro de dificuldades.

- Baixa efetividade no desempenho dos programas públicos voltados para a atividade - Seus pontos vulneráveis continuam sendo: (1) Não priorização de um processo de autogestão que permita ao grupo de atores locais assumir gradativamente o protagonismo do processo, (2) Visão curta de um horizonte meramente quadrienal para o alcance de seus resultados, (3) Tentativa de massificação imediata, sem os meios necessários, do contingente de beneficiários, (4) Limitação das ações de apoio ao segmento de criadores, ignorando ou negligenciando os demais segmentos e, finalmente, (5) Inexistência de um sistema simultâneo de monitoramento e de avaliação de impactos das ações empreendidas (Guimarães Filho et al., 2006). A maioria das políticas públicas e programas de apoio às atividades capri-ovinícolas no semiárido nordestino, além de dispersas e superficiais, têm se caracterizado por uma concepção predominantemente assistencialista, não conseguindo gerar, até hoje, qualquer impacto muito significativo na "caprino-ovinocultura de subsistência". A atuação com equipes que não são multi e interdisciplinares, no planejamento, execução e avaliação dessas políticas contribui também para esses resultados. Alguns programas até que são bem concebidos mas sua operacionalização torna-se um desastre, por conta dos gestores, em sua maioria escolhidos por critérios pouco ou nada meritocratas. É evidente o enorme esforço dos novos programas que estão sendo implantados na região em não repetir os mesmos equívocos, mas alguns pontos vulneráveis que persistem são realmente difíceis de extirpar. São pontos como os mostrados em um estudo feito no território baiano pela Markestrat&Gpublic (Lima Júnior, 2011) identificando características indesejáveis na condução de políticas públicas e projetos voltados para a caprino-ovinocultura. Entre as características identificadas nesse estudo merecem ser citadas: (1) Forte fragmentação entre os programas e projetos, o conhecido "ciúme institucional". Parece que cada entidade pública, federal, estadual, municipal ou não governamental, incluindo também cada segmento ou ator da cadeia, tem o seu projeto individual para desenvolver a atividade sem ter que dividir os esperados louros com nenhum "intruso", (2) Baixa integração com a população de interesse (o programa é imposto e os beneficiários não têm qualquer participação na sua criação), (3) Cultura predominantemente paternalista e dependente do governo que é considerado e cobrado como provedor obrigatório, (4) Planejamento deficiente em termos de dimensionamento de recursos e de políticas e critérios difusos de seleção de beneficiários, (5) Descontinuidade entre governos, com os programas e projetos interrompidos ou substituídos por outros semelhantes,

alguns deles mudando só de nome (visão dos resultados limitada a quatro anos de mandato, ou seja, a ação do projeto que não apresentar alguma resultado "palpável" até a próxima eleição tem pouca chance de aprovação), (6) Ingerência política excessiva e em processo crescente, se considerarmos que atualmente a maior parte dos recursos são canalizados via emendas parlamentares, e, (7) Ausência de avaliações de resultados mostrando a efetividade ou não dos impactos dos programas na atividade e na renda anual de produtores e outros beneficiários. Não há porque não acreditar que todos esses aspectos negativos, ou parte deles, ocorram também, em maior ou menor escala, nos demais estados nordestinos. A atividade tem realmente um grande potencial mas os caminhos para expressá-lo precisam ser bem definidos e operacionalizados de forma profissional. Nada de "ôba-ôba" porque restaurantes finos de São Paulo cobram uma fortuna por um prato de *carré* francês. O foco principal deve incluir a transformação dessas "especialidades" para alguns nichos de mercado também em "commodities", acessíveis às diversas camadas da população.

### **Principais limitantes aos segmentos transformador e distribuidor**

Ao longo dos últimos 20 anos não foram poucos os projetos de abatedouros-frigorífico tentando viabilizar a caprino-ovinocultura na maioria dos estados nordestinos. Uns não saíram do papel e outros sucumbiram no trecho inicial. Os restantes conseguiram operar em condições precárias, com alta ociosidade, tentando sobreviver em ambientes produtivo e mercadológico dominados pela desarticulação dos atores. Operar com capacidade ociosa acima de 50% ainda é o panorama predominante entre os abatedouros que sobrevivem. O frigorífico Lamm (hoje Frigolar, ainda fechado), com capacidade para abater diariamente 200 cabeças, apesar de localizado na região de Juazeiro-BA, a de maior densidade de rebanho e de consumo desse tipo de carnes do país, de ser dotado de todos os requisitos técnicos, incluindo o SIF, e de ser operado por uma gestão profissional experiente, nunca conseguiu abater regularmente mais de 100-150 cabeças por semana. Para explicar o insucesso, os argumentos de ambos os lados não deixaram de ser convincentes. O produtor reclamava dos baixos preços pagos pelos abatedouros e das exigências por um produto padronizado. O abatedouro alegava que uma unidade "sifada" de pequeno porte custava 5 milhões de reais e só se pagava com abate mensal de pelo menos 2,5 mil cabeças, meta que não conseguia atingir pressionado, principalmente, pelo abate clandestino. Já a cadeia produtiva do tipo hierárquico (um único ator produz, processa e vende a matéria prima), operado pela Agropecuária Lanila (Ceará-Mirim, RN), acreditava na viabilização do empreendimento somente a partir de um mínimo de 4,5 mil matrizes. Fechou as portas já contando com um rebanho de cerca de 8,0 mil matrizes.



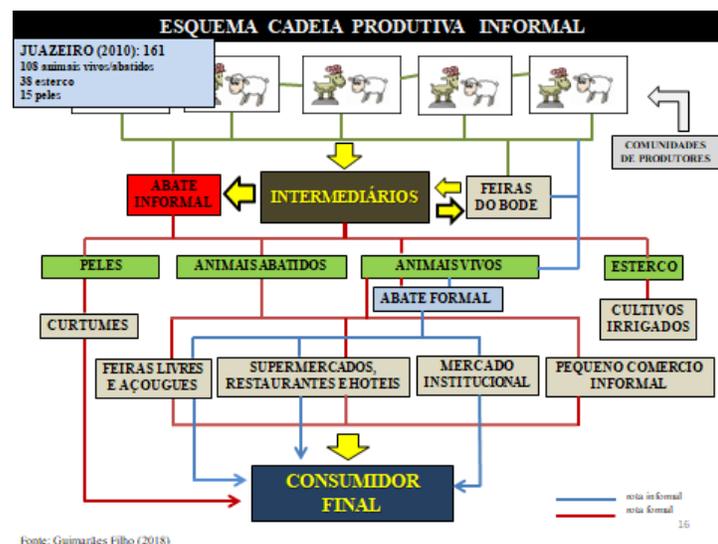
A falta de padrão e regularidade de oferta de animais jovens e acabados para abate que atenda as exigências do mercado consumidor dos centros urbanos maiores, com preços competitivos em relação a outras carnes vermelhas, deixam o abate informal mais competitivo na relação de compra ao produtor. Na realidade, o grande problema é mesmo a desorganização da cadeia e dentre suas causas o produtor e o abatedouro não são necessariamente os únicos vilões. A governança da cadeia, sem contratos formais nas transações (predominam as transações informais com atravessadores) torna-se do tipo mercado (spot), com os atores funcionando como segmentos isolados, cenário ideal para a ação dos atravessadores. Não é difícil apontar alguns dos principais fatores desfavoráveis que afetam os segmentos transformador e distribuidor das cadeias produtivas de caprinos e ovinos. São eles:

- Irregularidade na oferta da matéria prima para abate - É causada principalmente pela falta de escala de produção do produtor. A imensa maioria dos produtores compõe a chamada "caprino-ovinocultura de subsistência", em que são comercializados

apenas os excedentes ao autoconsumo da família, com rebanhos na faixa de 20 a 50 matrizes. São produtores que conseguem vender não mais que 1 a 3 animais/mês. No município baiano de Casa Nova, detentor dos maiores rebanhos de caprinos e ovinos do país, a média de vendas por produtor foi estimada em 18 cab/ano, ou seja, 1,5 cab/mês (Lima Júnior, 2011). Sua viabilização depende da aplicação de estratégias tecnológicas e gerenciais coletivas ou tenderão a desaparecer com a consolidação da cadeia produtiva, como aconteceu na cadeia de suínos;

- Baixa qualidade da matéria prima - É representada principalmente pela falta de padronização do produto. Sistemas produtivos extensivos, mais dependentes da caatinga, baixo uso de insumos, mistura desordenada de raças, manejos reprodutivo e sanitário rudimentares, além do já natural desencontro nas ofertas em dois períodos do ano: um período de alta oferta de animais, de abril a julho, e outro de escassa oferta, de agosto a novembro, gerador de variações na qualidade e no preço do produto;
- Concorrência desleal gerada pelo abate clandestino - Nos territórios baiano e pernambucano o abate clandestino é estimado na faixa de 90 a 95%, Isto compromete o sucesso de qualquer plano de fortalecimento da caprino-ovinocultura. No sertão baiano do São Francisco agora só existe 01 abatedouro operando formalmente com caprinos e ovinos. Em Juazeiro o abatedouro Campo do Gado, com selo SIE e capacidade para 300 cab/dia estava abatendo apenas 300 a 400 cab/mês mas fechou no início do ano. Só restou o Cabra Bom, em Remanso, operando com SIE e com capacidade para 150 cab/dia, abate na faixa dos 1.500-2.000 cab/mês. O Frigolar (antigo Lamm) continua fechado, com selo SIF já vencido, sem solução para reabertura. Do lado pernambucano a situação é ainda mais difícil. Não há nenhum abatedouro formal com selo SIE. Existe apenas um abatedouro, em Rajada, distrito de Petrolina, com o selo SIM e em vias de obtenção do SIE, com capacidade para 150 cab/dia, já abatendo cerca de 800 a 1.000 cab/mês. O matadouro municipal de Petrolina continua fechado, há mais de quatro anos. A informalidade no abate afeta negativamente a atividade nas questões como saúde pública, evasão fiscal, ociosidade nos abatedouros formais, entre outras. Por outro lado, Sidersky (2018) chama atenção, para a geração também de "benefícios" que podem explicar em boa parte a persistência dessa prática. Entre os mais importantes são apontados a possibilidade de venda de pequenos lotes de animais, a retenção do valor agregado no abate quando o produtor o realiza, além da redução do custo na operação, gerando um menor custo da carne ao consumidor.
- Cadeia de intermediação muito forte - Essa cadeia existente, em praticamente todas as comunidades, é o grande contribuinte para que isso ocorra. Naturalmente o atravessador ainda é um "mal necessário". Sem ele a situação do produtor seria muito pior. Esta situação precisa mudar mas não deve ser mudada simplesmente extinguindo-se o atravessador, mas, sim, tentando transformá-lo em um aliado do

arranjo organizacional, quem sabe como um produtor parceiro ou como um "agente de mercado". Mais grave, o problema do abate clandestino não diz respeito apenas a uma questão de concorrência desleal com o abatedouro formal, de risco à saúde pública ou de sonegação fiscal. Ele também é um poderoso estímulo ao roubo de animais (abigeato), cada vez mais presente em quase todas as regiões. No estudo feito em 5 municípios do TISSF-BA (Guimarães Filho, et al, 2011) localizados no entorno da barragem de Sobradinho o roubo de animais foi considerado pelos produtores como o quarto principal problema da atividade. Em outro estudo, realizado nos municípios de Juazeiro, Curaçá e Uauá pelo Marketstrat&G-Public (Lima Júnior, 2011) o roubo de animais também foi citado como importante ameaça. Outro aspecto interessante é o por que o produtor prefere vender o seu produto ao intermediário e não ao abatedouro formal. Medeiros e Brisola (2009) argumentam que essa preferência se deve a: (1) na maioria dos casos o produtor tem a atividade como um complemento de renda, (2) trabalha com ativos fixos de baixa especificidade (tecnologia barata) e (3) transaciona com um ativo de elevada liquidez no mercado local. Devem ser adicionadas às causas dessa conduta, além de muitos dos "atravessadores" morarem também nas comunidades, o fato de, em boa parte os pagamentos serem feitos à vista e as compras de animais serem realizadas sem as "chatices" de muitas exigências de padrão, inclusive sem balanças, na base da "adivinhação" do peso vivo dos animais. No geral o consumidor não é exigente quanto ao produto, inclusive muitos o consideram até como um produto de melhor qualidade;



- Altos custos na coleta, processamento e entrega da matéria prima - O transporte é um custo que está presente em todas as transações ao longo de toda a cadeia. Os rebanhos pequenos e dispersos aumentam os custos de coleta excluindo muitos produtores como fornecedores regulares dos abatedouros. Outros problemas são as

inadequações nas legislações tributária e sanitária que tornam muito onerosa a operacionalização de um abatedouro-frigorífico. Mais recentemente, em nova tentativa de reabertura do Lamm visando o abate "sifado" de 250 cab/dia, foi exigida uma equipe de 42 funcionários, ou seja, 01 funcionário para cada 5,9 cabeças a abater;



13

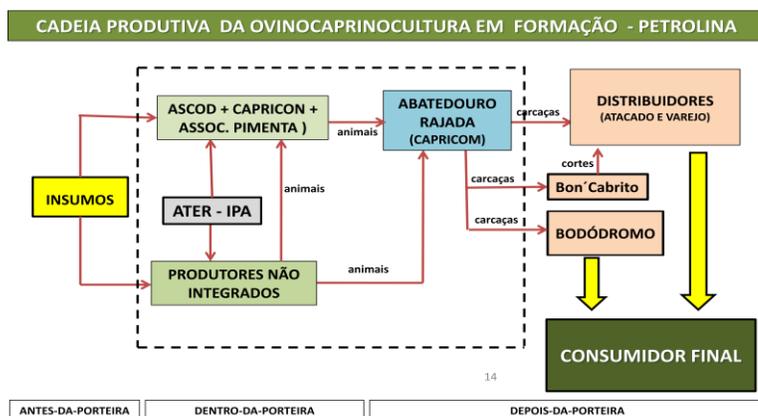
- Baixa tonelage por ponto de venda com elevada margem de comercialização empregada - A disponibilização, por ponto de venda, de pequenas quantidades de produtos com consequentes custos unitários maiores constitui uma estratégia natural de auto defesa do processador-distribuidor ante a incerteza da qualidade e da regularidade da oferta da matéria prima;
- Fragilidade acentuada nas relações com os demais segmentos da cadeia - Isto gera um ambiente de conflitos e incertezas. É importante esse bom relacionamento para manter baixos os custos das transações entre os segmentos, facilitando também a comunicação e fluxo de informações entre eles (Medeiros e Brisola, 2009). O desconhecimento quase total dos custos efetivos de produção nessa atividade é um problema básico para o futuro da cadeia. O próprio pouco conhecimento do mercado pelos processadores e distribuidores também contribui para isso. São poucos os estudos feitos e menos ainda os divulgados. A questão da má qualidade da gestão pelos principais atores da cadeia também pesa muito. Não se compreendem rupturas entre segmentos da cadeia por querelas sobre diferenças nas pesagens de animais nos trajetos associações de produtores-abatedouro e abatedouro-supermercado, como frequentemente acontecem;
- Competitividade com outras carnes - Além de uma alta competitividade entre si em busca do mercado, as carnes caprina e ovina não deixam de sofrer também com o alto

nível de competitividade com as demais carnes, especialmente a bovina, a suína, a de aves e a de pescado. Este não é um fator muito relevante nesta atual fase da atividade, mas os caprino-ovinocultores não têm nenhuma especificidade mercadológica reconhecida para anunciar os seus produtos. A carne bovina é prontamente anunciada e reconhecida como "saborosa", a suína como "ótima para embutidos", a de frango como "barata" e a do pescado como "saudável". E as carnes do caprino e do ovino? Que termos poderíamos utilizar para simbolizar e simplificar as suas especificidades?

## Estratégias potenciais para organização e gestão das cadeias produtivas

A situação de dezenas desses arranjos existentes na região semiárida não estaria tão difícil caso algumas estratégias operacionais, algumas delas já bem conhecidas, tivessem sido implementadas. Para isso faltam políticas públicas consistentes focadas na consolidação dos arranjos visando dotá-los de uma gestão unificada e envolvendo ações de assistência técnico-gerencial e de crédito que mirem os fatores técnicos, econômicos, sociais e ambientais que afetam a profissionalização e consequente viabilização da atividade. Não deixa de ser um pouco preocupante que a implementação de novos projetos para fortalecer as cadeias produtivas da caprino-ovinocultura no Nordeste esteja atualmente sujeita, quase que exclusivamente, ao apoio de emendas parlamentares. Entre as estratégias metodológicas e tecnológicas disponíveis para análise, adequação e validação ao nível de cada cadeia ou arranjo, podem ser citadas:

- Estabelecimento de um comitê gestor ou estratégico de produção - O comitê deve envolver representantes de todos os segmentos da cadeia e levando em conta os tipos de mercado (spot, fornecedor, parceiro ou integração vertical) e os tipos de governança (mercado, hierárquica ou contratual). Ao comitê caberia a criação de uma agenda territorial que estimulasse a integração efetiva entre os principais atores da cadeia, inclusive os componentes do ambiente organizacional, monitorando e apoiando, principalmente, ações voltadas para a melhoria produtividade no campo, a redução dos custos de transações entre segmentos, a ampliação das compras contratuais, a padronização da qualidade dos produtos ofertados, a expansão e regularidade na oferta dos produtos, entre outras.



- Implementação de contratos formais nas transações ao longo da cadeia - Podem ser de parcerias ou de fornecimentos para transações entre os distintos atores da cadeia, principalmente entre produtor e abatedor. Sua ausência é um dos problemas mais apontados pelos especialistas. A exemplo da cadeia produtiva do Vale do Itaim-PI (Sidersky, 2018), a melhor oportunidade nos dois territórios para iniciar ou ampliar transações contratuais reside na área dos mercados institucionais, tipo PAA e PNAE, mesmo que não tenha por base um contrato escrito;
- Implantação de centrais de comercialização - Devem substituir gradativamente as atuais "feiras do bode", com sua total informalidade, desorganização, riscos sanitários e falta de perspectivas de bons resultados para os vendedores e compradores. A central é um instrumento eficaz de organização da produção e de regulação dos elos da cadeia produtiva. Levanta e organiza a oferta de animais e a distribui no tempo. Com a central será possível aumentar o fluxo de comercialização formal, fazendo também a divulgação dos produtos, abrindo mercados e prospectando clientes e definindo estratégias para atender a demanda;
- Priorização de escala de produção - Priorizar na seleção de produtores parceiros para fornecimento de animais de abate, exigindo-se um número mínimo de matrizes criadas por produtor que viabilize a coleta e o abate de animais e facilite a padronização (rebanhos com pelo menos 80-100 matrizes poderia ser uma opção inicial), ou, alternativamente à esta exigência, trabalhar com núcleos coletivos de produção de forragem e confinamento nas comunidades de "caprino-ovicultores de subsistência";
- Repasse equitativo - Mediante contrato, aos segmentos produtor e transformador da cadeia, de bônus gerados por qualquer acréscimo nos preços de venda dos produtos obtido pelos segmentos atacado e varejo (a implantação de um código de conduta entre os atores estimularia e garantiria esse processo);
- Criação da figura do "agente de mercado" - Esta figura atuaria como responsável pelo levantamento de demandas, animação do setor de casas de carnes, restaurantes, supermercados e bares (festivais gastronômicos, lançamento de novos cortes, cursos de culinária caprina e ovina), projetos de bodódromos ou cabriterias, etc.;
- Programa para maior inserção das carnes caprina e ovina no mercado - Lançamento de um programa com esse objetivo é fundamental devendo o mesmo se basear em estratégias de produto (ex: marca coletiva ou selo de indicação geográfica, customização), de preço, de integração da cadeia às expectativas de desenvolvimento social das comunidades, de conscientização ambiental, de comunicação visual, social e publicitária e de promoção (ex: festivais gastronômicos, sinergia com turismo e esportes);

- Estratificação ou escalonamento de produtores fornecedores - Esta estratégia visa reduzir o efeito estacional na oferta de animais para abate (grupos fornecedores zoneados por nível de vulnerabilidade à disponibilidade de forragem nas épocas críticas do ano);
- Implementação pelos abatedouros de sistema de bonificação - Bonificação crescente no preço pago ao produtor por animal recebido acima do padrão peso/idade exigido;
- Antecipação de pagamento pelos abatedouros aos produtores - Um tipo de financiamento aos produtores parceiros, na forma de insumos para terminação dos animais em confinamento (concentrados e sais minerais, produtos veterinários), com desconto desse valor antecipado por ocasião da entrega dos animais para abate; Este tipo de parceria facilita muito a implantação de contratos formais de fornecimento de animais ajudando no combate ao abate clandestino;
- Venda facilitada e/ou empréstimo rotativo de reprodutores e matrizes - Animais melhorados (reprodutores e matrizes) seriam vendidos em condições bem facilitadas ou emprestados (reprodutores) em sistema de rodízio e por tempo determinado, a grupos de produtores integrados. Uma parceria com o vizinho polo de genética caprina e ovina de Senhor de Bonfim seria uma boa alternativa, uma vez que seu plano de negócios já inclui este tipo de ação cooperativa ;
- Apoio à logística do abatedouro-frigorífico - Implementação pela equipe de ATER, com apoio dos agentes de desenvolvimento rural (ADRs), de estabelecimento antecipado de uma programação de coleta de animais pelos abatedouros por comunidade ou grupo de propriedades;
- Financiamento de charcutarias - Implantação de programa de financiamento de charcutarias (embutidos/defumados) aos frigoríficos como forma de aumentar as chances de o produtor conseguir vender também animais de descarte ou mesmo aqueles jovens fora do padrão exigido;
- Zoneamento estratégico - Zoneamento ao nível de estado ou mesmo de região e com base na densidade e fluxos dos rebanhos, níveis tecnológico da produção e de organização do produtor, infraestrutura de apoio (agencias de crédito e de ATER, rodovias, etc.), para permitir a localização estratégica e construção adequados de novos abatedouros-frigorífico com SIF/SISBI ou SIE;
- Implantação de programas de seguro - Medida para apoio ao caprino-ovinocultor em situação de desastres de ordem climática ou de mercado, como o LivestockIndemnityProgram-LIP (USA) que cobre perda de renda devido a estiagens, surtos de alta mortalidade, etc., indenizando 75% do valor de cada animal ou como o Interbev-Ovins (França), associação de direito privado que oferece incentivos à parcerias entre elos da cadeia, ou como o "seguro garantia-bode" (Brasil), ainda no terreno de proposta, para substituir, nas partes mais secas do semiárido, o seguro garantia-safra para milho/feijão, cultivos agronomicamente não recomendados para a

maior parte da zona semiárida. O governo incentiva plantar milho e feijão (distribui sementes e horas de trator) onde as chances de sucesso são mínimas para pagar o seguro e faturar politicamente. A proposta do "garantia-bode" baseia o pagamento em critérios mais realistas, entre eles a ausência ou baixa oferta de forragem da caatinga e dos cultivos forrageiros, a mortalidade de cabritos e cordeiros/condição corporal das matrizes, a não frutificação dos umbuzeiros, o desaparecimento dos enxames de abelhas sem ferrão, fatores que efetivamente condicionam a sobrevivência do caatingueiro;

- Implantação de núcleos coletivos de produção - Produção de forragem e confinamento à base da validação pela ATER de projetos como o PVCT (Pulmões Verdes Coletivos com Terminação), com a grande vantagem de dar escala aos produtores com número reduzido de matrizes, característica que dificulta a sua integração na cadeia produtiva. Uma variante desse tipo de condomínio já está sendo trabalhado pela cadeia da avicultura em Apucarana-PR, com uma empresa integradora, com resultados animadores;



- PDOA (Propriedade de Descanso de Ovinos para Abate) - Adaptação, para as áreas do semiárido onde haja um maior número de produtores com rebanhos reduzidos e carência de abatedouros qualificados, de um modelo de central de embarques e de coletas, já operando em Mato Grosso do Sul (Sorrio, 2017), chamado PDOA. Esses pontos estratégicos de coleta de animais para abate centralizam todos os serviços. Lá o produtor deixa os animais que são registrados, pesados, submetidos à exame sanitário e marcados. Há ainda emissão de GTA e nota fiscal e o produtor recebe o pagamento diretamente do abatedouro.
- Padronização e valorização de produtos da atividade - Via definição de sistemas de produção mais efetivos que permitam a concessão de selos, marcas coletivas ou de certificação (agricultura familiar, indicação geográfica, orgânico, etc.). Para isso é imperioso um maior engajamento da pesquisa no estudos das cadeias e dos mercados. Em função da forte rejeição ao "odor hircino" pelo mercado é necessário trabalhar

mais com o caprino de forma a reduzir a idade do abate para algo em torno de 90-180 dias propiciando a oferta da "carne do futuro", a do cabrito, já conhecida como a carne vermelha mais saudável do mundo. Além de seu sabor característico, cada vez mais apreciado pela alta gastronomia, apresenta vantagens em relação às demais carnes: baixíssimos teores de calorias, gorduras e colesterol ruim (LDL), alta digestibilidade e elevados níveis de proteínas, colesterol bom (HDL) e ferro.

- Formação de competências técnicas em organização e gestão de cadeias produtivas - É grande lacuna atual que demanda a capacitação especialmente de dirigentes de cooperativas e associações, técnicos da extensão rural e ADRs, gestores de abatedouros e de distribuidoras e agentes de crédito, além de pesquisadores.

Dentre as estratégias citadas merecem destaque especial aquelas que possam contribuir para o aumento da escala de produção do caprino-ovinocultor da base familiar do semiárido, como os PVCTs, Centrais de Comercialização e PDOAs. Rebanhos com reduzido número de matrizes impedem a viabilização do produtor como fornecedor ou parceiro do abatedouro face ao reduzido número de animais/mês que teria para oferta e o custo mais alto para transportá-lo. A baixa qualidade do produto junto com a dispersão espacial desses produtores e com a má qualidade das estradas tornam esses produtores presas fáceis para a cadeia de intermediação. Adicionar PDOAs em cada PVCT implantado nas comunidades de "caprino-ovinocultores de subsistência" poderia, também, ser uma boa alternativa.

Sinteticamente, o PVCT compreende uma central de produção de cabritos e/ou cordeiros dotada de um cultivo coletivo e irrigado da palma que fornece a forragem necessária para a terminação de grupos de cordeiros e/ou cabritos desmamados dos produtores vizinhos à unidade. O cultivo é feito próximo ao poço de maior vazão e melhor qualidade da água de cada comunidade. A forragem pode abastecer também o sistema de cria nas unidades individuais dos produtores integrados. Em outras palavras, é um local na comunidade onde os produtores juntam seus cabritos e cordeiros desmamados para confinar e engordar, em um único local e sob uma gestão compartilhada. A parte relativa à produção coletiva é de fácil gestão e já foi trabalhada com sucesso no Projeto Pontal Sequeiro-Codevasf (Plena-Consultoria e Projetos Ltda, 2015). Já a parte de confinamento coletivo deve requerer uma gestão um pouco mais qualificada, mormente naquelas comunidades onde o nível de organização seja mais precário. É um modelo também aplicável à caprinocultura de leite. Entre suas principais vantagens destacam-se: (1) Viabiliza a produção em escala do caprino-ovinocultor de subsistência, (2) Reduz expressivamente os custos do produto final, (3) Antecipa significativamente a idade ao abate, (4) reduz custos operacionais de coleta de animais para abate e de prestação de assistência técnica, (5) Possibilita a venda de excedentes de palma forrageira sob diversas formas (mudas, forragem verde, silagem, feno, etc.) e (6) Fortalece os valores

associativistas dos produtores envolvidos com uma visão cada vez mais empreendedora da atividade.

Dentro desse contexto de dificuldades enfrentadas pela caprino-ovinocultura do semiárido, para sua consolidação como verdadeiras cadeias produtivas, parece bastante clara a necessidade de ajustes e correções tanto na área tecnológica como nas áreas gerencial e organizativa do processo produtivo (Guimarães Filho et.al., 2011). É necessário definir um tipo de arranjo institucional adequado às condições dos dois territórios (nível tecnológico e organizacional do produtor, condição atual e potencial da agroindústria e da rede de distribuição) que viabilize um tipo de governança que permita uma ação decisiva de coordenação técnica. Em outras cadeias de carne (bovinos, suínos) a tendência tem sido que esse papel seja exercido pela agroindústria e na de caprino-ovinocultura não deverá ser diferente.

### **Considerações finais**

Procurou-se mostrar neste trabalho que a atividade caprino-ovinocultura apresenta um grande potencial para se desenvolver mas que não haverá desenvolvimento sem o produtor organizado, protagonista e parceiro. O grande desafio para a caprino-ovinocultura é atender uma demanda crescente com uma oferta de produtos não padronizados que flutua sazonal e aleatoriamente (Medeiros et al., 2009). Visando este objetivo podemos chegar à conclusão de que os esforços para consolidar uma cadeia produtiva capaz de enfrentar esse desafio nos sertões do São Francisco devem ser direcionados para: (1) Organizar profissionalmente os cerca de 38 mil produtores dos dois territórios, ou seja, habilitá-los a comprar, produzir, beneficiar e vender juntos. A criação ou fortalecimento de cooperativas se constitui no primeiro e mais efetivo passo nesse sentido, (2) Implementar programas intensivos de capacitação técnica e gerencial dos produtores, (3) Fortalecer a ATER e as agências de inspeção sanitária expandindo-as e qualificando-as e priorizando o foco de seus trabalhos na organização e gestão da cadeia produtiva, (4) Organizar a cadeia produtiva buscando formas harmoniosas de parcerias do produtor organizado com os segmentos transformador e distribuidor da cadeia (criação de comitê gestor, coordenação técnica, estabelecimento de governança contratual, etc.) que gerem custos de produção e de transação mais baixos e equidade social na distribuição dos benefícios gerados pela cadeia, (5) Envidar maiores esforços na formalização (SIE, SISBI), aproveitando agora o programa de consórcios municipais, buscando para isso, a melhoria da capacidade operacional dos abatedouros em funcionamento ou paralisados nos territórios e na construção de novos abatedouros em áreas estratégicas dos territórios. A obtenção do credenciamento nesses selos e no SIF são processos ainda muito burocratizados, (6) Revisar, visando dar maior eficácia, as formas atuais de combate ao abate clandestino. A combinação da vigilância sanitária com a inspeção sanitária pode ser uma boa alternativa para uma fiscalização contínua do abate

e da comercialização (transações). Somente com abate legalizado e pagamento de impostos o setor conseguirá demonstrar sua importância, (7) Implementar programas que priorizem estratégias tecnológicas coletivas que viabilizem escala de produção ao caprino-ovinocultor de base familiar, (8) Apoiar/implementar programas públicos/privados que busquem o aumento do nível de especificidade dos ativos, via padronização, certificação (selo arte, marcas coletivas, indicação geográfica, orgânicos, etc.), facilitando a maior inserção dos produtos caprinos e ovinos no mercado. O projeto da "manta de Petrolina" surge como um dos primeiros, (9) Estudar a viabilidade de adaptar e implementar programas públicos de apoio ("seguro garantia bode" poderia ser um deles) à caprino-ovinocultores em situação de desastres de ordem climática ou de mercado e tornar mais efetivos os programas de crédito e as legislações sanitária e tributária para a produção, processamento e comercialização dos produtos caprinos e ovinos, (10) Implementar programas de combate à devastação e a pulverização fundiária da caatinga, de modo especial proceder a regularização fundiária dos 164 mil ha de áreas de fundo-de-pasto do TISSF-BA, também preservando o seu potencial de apoio à diferenciação e à valorização certificada de produtos caprinos e ovinos. Estímulos através de crédito específico para construção de cercas divisórias, recomposição da caatinga, proteção às nascentes e outras medidas de racionalização do manejo da caatinga e/ou através de um programa de pagamento por serviços ambientais. A caatinga, com a sua diversificação botânica, se constitui na melhor e mais barata "ração" para os rebanhos podendo prover forragem suficiente para alimentá-los, praticamente "de graça", por 4 a 6 meses do ano, e (11) Demandar a revisão/ajustes dos modos atuais de condução das políticas públicas e programas voltadas para a caprino-ovinocultura, começando, especialmente, pela unificação das diversas instituições com interesse no tema, evitando o atual festival de programas oferecido ao produtor.

Em suma, a caprino-ovinocultura tem que seguir os mesmos passos seguidos pela suinocultura para se consolidar: incremento tecnológico, aumento de escala, especialização e coordenação entre os elos da cadeia.

## **Referências bibliográficas**

CNA. Confederação Nacional da Agricultura, 2018. Disponível em: <http://www.q1.com.br/agro>. **Agro indústria-a riqueza do Brasil**. Acesso em 17 de outubro, 2018.

GUIMARÃES FILHO, C. Situação atual e perspectivas da caprinocultura no Vale do São Francisco. In: CONGRESSO NORDESTINO DE PRODUÇÃO ANIMAL, 4, 2006. Petrolina-PE: SNPA. **Anais...**14p. CD-ROM

GUIMARÃES FILHO, C.; GAMA, P.C. da; AZEVEDO, S.G. de. **EMBRAPA SEMIÁRIDO/CHESF - A cadeia produtiva da caprino-ovinocultura nos municípios do entorno da Barragem de Sobradinho-BA**. Petrolina-PE: 2011, 113p. Relatório Final

GUIMARÃES FILHO, C. **Opções de integração da caprino-ovinocultura com a agricultura irrigada dos sertões do São Francisco**. Petrolina-PE:Farmpoint. 2015. 4p.

GUIMARÃES FILHO, C. **Consolidação da cadeia produtiva da carne caprina e ovina - tecnologias na produção e organização**. Revista Científica de Produção Animal. V19. N2 (2017)

HOLANDA JÚNIOR, E.V.; SÁ, J.L.; ARAUJO, G.G.L de. **Articulação dos segmentos da cadeia produtiva de caprinos e ovinos - os fluxos alternativos de comercialização**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE OVINOS E CAPRINOS, 3. 2003, João Pessoa, 2003. *Anais...* João Pessoa:EMEPA, 2003. p.83-94.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. **Censo Agropecuário 2017**. Acesso em 02 de setembro, 2018

LIMA JÚNIOR, J.C. (Coord.). **MARKESTRAT/GPUBLIC. - Programa de Inclusão Produtiva da Ovinocaprino-cultura do Semiárido da Bahia - Bioma Caatinga**. Ribeirão Preto:2011, 263p. Relatório Final

McCARTHY, N. **As carnes mais consumidas em todo o mundo**. FAO, 2017. <https://forbes.com.br>, 2019.

MEDEIROS, J.X. e BRISOLA, M.V. **Gestão e organização no agronegócio da ovinocaprino-cultura**/organizado por Josemar Xavier de Medeiros e Marlon Vinicius Brisola.---Contagem: Santa Clara Editora, 2009. 219p.

MEDEIROS, J.X.de; Costa, N.G.da; RIBEIRO, J.G.B L.; MEDEIROS, S.A.F. de. **Iniciativas estratégicas para apoiar inovações na cadeia produtiva da ovinocaprino-cultura no Nordeste**. In: GESTÃO E ORGANIZAÇÃO NO AGRONEGÓCIO. --- Contagem: Santa Clara Editora, 2009. pg 220.

MEDEIROS, J.X.de. ESPÍRITO SANTO, ERNANI DO, COSTA N.G. DA.; RIBEIRO, J.G.B L. **Cenário Mercadológico da Ovinocultura**. In: GESTÃO E ORGANIZAÇÃO NO AGRONEGÓCIO. --- Contagem: Santa Clara Editora, 2009. pg 21-32

MIELE, M. e WAQUIL, P.D. **Cadeia produtiva da carne suína no Brasil**. Revista da Política Agrícola. Ano XVI-Nº1-Jan-Fev-Mar, 2007. p.76

PLENA-CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA. **Relatório Anual 2014**. Projeto Pontal Sequeiro/Codevasf-3ºSR. Petrolina, 2015. 137p.

SIDERSKY, P.R. **Sobre a cadeia produtiva da caprinovinocultura no Sertão do Piauí**. 2018. Brasília: FIDA (Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola) e IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), 2017. 94p.

SORIO, A. CARFANTAN, J-Y; MARQUES, W.A. **Carne ovina: sistema internacional de comercialização - Passo Fundo: Méritos**, 2010. 144p.

SORIO, A. **Ovinocultura e abate clandestino: um problema fiscal ou uma solução de mercado?** Revista da Política Agrícola. Ano XIX-Nº1 - jan/fev/mar. 2010. p.71-83

SORIO, A. **Diagnóstico da oferta e demanda de ovinos e caprinos para processamento de carne, pele e leite na região central do Tocantins**. Palmas-TO: 2017, 237p. Versão final do diagnóstico.

**Autor:** Clovis Guimarães Filho, médico-veterinário, M.Sc. em Animal Science, pesquisador aposentado da Embrapa Semiárido, membro do Comitê Gestor do Polo Territorial do Vale do São Francisco-PE/Rota do Cordeiro-MDR e consultor autônomo em Agronegócio da Coprino-Ovinocultura.